

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.222.756 - RS (2010/0216195-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : DANIELA OLIVIEIRO  
**ADVOGADOS** : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S) - DF005939  
MAURO DE AZEVEDO MENEZES - DF019241  
**AGRAVADO** : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
**ADVOGADO** : SANDRO OSNI DA SILVA GOMES E OUTRO(S) - RS071895

## EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. MALFERIMENTO DO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. DANO MORAL. REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 397 E 398 DO CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AFRONTA A SÚMULA. NÃO SE EQUIPARA AO CONCEITO DE LEI FEDERAL. REVISÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

1. Não é cabível a tese de violação do art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela insurgente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão nem outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

3. Rever o entendimento da Corte local, no tocante à ausência de comprovação do dano moral, implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, ante o que preceitua a Súmula 7 do STJ.

4. A matéria referente aos arts. 397 e 398 do Código Civil não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 211 desta Corte e 282 do Supremo Tribunal Federal.

5. Não é possível a interposição do recurso especial sob a alegação de contrariedade a ato normativo secundário, tais como resoluções, portarias, regimentos, instruções normativas e circulares, bem como a súmulas dos tribunais, por não se equipararem ao conceito de lei federal.

6. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no

# *Superior Tribunal de Justiça*

sentido de que a análise dos fundamentos que serviram à fixação dos honorários advocatícios encontra óbice no enunciado 7 da Súmula do STJ.

7. O alegado dissídio pretoriano não foi comprovado nos moldes exigidos nos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973 e 255, § 2º, do Regimento Interno do STJ, uma vez que a parte interessada apenas transcreveu as ementas dos julgados que entendeu favoráveis a sua tese, sem realizar o necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida nos precedentes invocados como paradigmas e o constante do aresto impugnado.

8. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília, 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator